



A CONSOLIDAÇÃO URBANA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES:

Uma análise da dinâmica socioespacial

Júlia Maia Lima

Universidade Federal Fluminense

juliaml@id.uff.br

Mariane Telles Sá Freire

Universidade Federal Fluminense

marianefreire@id.uff.br

1 – INTRODUÇÃO

Campos dos Goytacazes, cidade do interior do estado do Rio de Janeiro, possui grande representatividade política e econômica dentro de uma perspectiva transescalar. Considerada um importante polo para os municípios vizinhos, especialmente do Norte e Noroeste Fluminense, a sede da antiga vila onde hoje se localiza o município, foi a primeira a ser criada na região e é apontada como marco inicial desta rede urbana regional durante o período colonial (Faria 2006).

A cidade exerce ainda importante influência nacional, considerando o fato da Bacia de Campos, segundo a Agência Nacional de Petróleo (ANP) em 2015, ter sido responsável por produzir 74% do óleo e 32% do gás natural de todo o país, sendo uma das maiores recebedores de royalties do país.

De acordo com Faria (2006, p.70), “o conceito de cidade deve ser compreendido a partir da análise do processo de urbanização, como e porque uma aglomeração adquire a função de centro urbano”. O processo de consolidação da cidade de Campos data do século XVII e pode ser percebido por meio de seu rico patrimônio arquitetônico, definido, sobretudo, pelas edificações históricas do centro, ponto de partida da expansão urbana. Ao analisar a história, é possível perceber que seu processo de colonização e crescimento urbano se deu em meio a diversos conflitos que direcionaram alterações no traçado e tessitura da cidade.

Nesse sentido, essa pesquisa apresenta como problema o cenário de segregação socioespacial existente na malha urbana que se consolidou em Campos dos Goytacazes, baseando-se na hipótese de que essa é uma situação notada hoje não apenas entre o



centro e a periferia, mas marcada por desigualdades dentro desses próprios contextos particulares, pois tanto a área central da cidade quanto os bairros periféricos não são homogêneos em si. A abordagem utilizada para apresentar o processo de consolidação urbana buscará, portanto, enxergá-lo a partir de uma perspectiva histórica, apontando, em seguida, as transformações ocorridas e seus impactos na rede urbana, marcada atualmente por uma configuração segregativa.

2 – OBJETIVOS

Essa pesquisa se norteia pelo objetivo principal de compreender a dinâmica socioespacial de Campos dos Goytacazes através da correlação do processo de desenvolvimento urbano junto a marcos de ordem econômica e política que marcaram esse território de análise. Para isso, será necessário identificar os aspectos que caracterizam o contexto socioprodutivo da cidade, os atores que configuram e mobilizam, bem como as alterações advindas dos principais planos urbanísticos já propostos e/ou implementados até o momento.

3 – METODOLOGIA

Para elaboração desse trabalho a metodologia utilizada envolve uma pesquisa de natureza qualitativa que se fundamenta em uma análise de investigação de cunho bibliográfico e documental. Envolveu, portanto, a compilação de dados oferecidos pelos diversos autores estudados e também a consulta aos acervos da cidade, como o Arquivo Público Municipal.

As análises até então desenvolvidas adotam a perspectiva metodológica de Manuel Castells (1984) com a Sociologia Urbana, onde propõe que a dimensão urbana deve ser explicada através da orientação de atores locais por três elementos, sendo eles: econômico, social e político. Dessa maneira, entende-se ser necessário uma abordagem da construção histórica da cidade buscando correlacioná-la com as alterações ocorridas dentro do contexto da consolidação do tecido urbano através da abordagem dos conflitos, tensões e contradições que a influenciaram.



4 - RESULTADOS PRELIMINARES

Este trabalho foi iniciado na disciplina de Desenvolvimento e Desigualdades Regionais do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas da Universidade Federal Fluminense. Entretanto, ainda não está finalizado, visto que, o mesmo envolve uma complexa e densa análise para sua devida conclusão. Sendo assim, como resultado preliminar, produzimos uma análise referente ao contexto histórico da formação de Campos dos Goytacazes, articulando os aspectos sociais, econômicos e políticos que compõem essa dinâmica, aos marcos do planejamento urbano vivenciado pela cidade até os dias atuais e suas respectivas alterações na malha urbana.

4.1 O Contexto Histórico e o Planejamento Urbano de Campos dos Goytacazes

Inicialmente, as terras que compreendem a região Norte Fluminense, eram ocupadas pelos índios, principalmente pelas tribos Goytacás, Guarulhos e Puris, mas com o processo de colonização, foram utilizadas de diversas formas. Em 1632, houve a posse dessas terras por Sete Capitães após serem cedidas pela Coroa. O principal interesse dos capitães nas terras campistas era a produção agropastoril para atender o Rio de Janeiro e regiões de Minas Gerais (Oliveira, 2012).

Dessa maneira, em 1677, foi fundada a Villa de São Salvador, com poucas residências e comércios instalados próximo ao Rio Paraíba do Sul buscando, assim, facilitar o atendimento às demandas da produção existente, principalmente relacionados a circulação de mercadorias. Com o aumento da produção açucareira e a instalação do primeiro engenho a vapor, o território vivenciou um fortalecimento econômico, com crescimento comercial e populacional. Decorrente desse processo, em 1835, a então Villa de São Salvador foi elevada à categoria de cidade, intitulada apenas por Campos.

Nesse sentido, vale destacar os ciclos expansivos ocorridos na região desde o século XIX que configuraram atores e influenciaram econômica e politicamente o planejamento urbano através dos barões do açúcar, os usineiros e até mesmo a presença de Igreja. De acordo com Silva e Carvalho (2004), Campos apresentou três ciclos expansivos, sendo o primeiro (1830-1890), baseado na produção açucareira e na mão de



obra escrava; o segundo (1890-1970), na produção agroindustrial do açúcar com usinas e mão de obra assalariada; e o terceiro, no petróleo, que da década de 1980 até a atualidade trouxe grandes empreendimentos como a implantação do Porto do Açú e o Complexo de Barra do Furado.

A partir do primeiro ciclo, a cidade começou a se apresentar como um importante polo político e econômico e, então, o governo imperial realizou as primeiras obras de melhoramento urbano e rural, principalmente nas questões relacionadas com o escoamento da produção açucareira. Sendo assim, em 1837, foi enviado até a cidade o engenheiro Henrique Luiz Niemeyer Bellegarde (Faria, 2004), com o objetivo de estudar a implantação de um porto marítimo em Campos. Tendo constatado a inviabilidade da proposta, o engenheiro sugeriu que fosse então construído um canal, alimentado pelas águas do Rio Paraíba do Sul que corta a cidade, ligando Campos até a Vila de São Pedro, atual cidade de Macaé (Paes, 2006).

Posterior a Bellegarde, a câmara local contratou, em 1842, o engenheiro Amélio Pralon, para pensar os projetos urbano. Para Paes (2006), limitado a região central, Pralon então desenvolveu seu plano urbanístico com referências do modelo neoclássico, com rua e praças respeitando um traçado retilíneo, conhecido como tabuleiro de xadrez. A autora destaca o esforço de Pralon para atender as necessidades de melhoramento urbano na região central da cidade quando afirma que ele “não deixou de responder e tentar resolver as inúmeras questões de aterramento, calçamento, construções de pontes, diques e estradas, principalmente na área que representa hoje o centro da cidade” (Paes, 2006). Entretanto, nota-se que o plano desenvolvido por Pralon não foi executado em sua totalidade devido à falta de interesse dos políticos locais, como nos aponta Pereira:

Pralon inicia os trabalhos de calçamento de ruas centrais, aterro e drenagem de lagoas e pântanos, recuperação de estradas e pontes. Sem realizar um estudo de topografia e das curvas de níveis o engenheiro foi geometricamente desenhando as ruas, os quarteirões e praças. O Plano Pralon formava um quadrilátero cujo lado oeste da cidade era limitado pela atual Beira-Valão (Canal Campos-Macaé); a leste pela rua do Gás (perpendicular ao rio Paraíba do Sul); ao sul pela Vinte e Oito de março (Antigo Passeio Municipal, corredor por onde passava o trilho de trem) e ao norte pelo Rio Paraíba do Sul. **O Plano não foi adiante por falta de interesse dos políticos locais.** (Pereira, 2008, p.152, grifo nosso).



A proposta de Bellegarde para solucionar o escoamento da mercadoria, conhecido como Canal Campos - Macaé ficou esquecida até que, em 1843, a Câmara de Campos enviou um ofício à presidência da província reivindicando a sua implementação. Em 1844 iniciou-se então a sua construção com o objetivo de atender os interesses econômicos, mas também o transporte de passageiros. O Canal Campos-Macaé foi considerado a maior obra de engenharia do Brasil na época, recebendo, em 1847, pela primeira vez, o Imperador Pedro II, com o intuito de conhece-lo (Araújo, 2012).

Entretanto, o canal só foi efetivamente utilizado entre os anos de 1872 a 1874, colocando em xeque não apenas seus custos financeiros e sociais de concretização (devido à mão-de-obra escrava utilizada), mas também sua vocação econômica totalmente adequada ao contexto da cidade, que foi deixada de lado em prol da intenção de se promover a modernização ferroviária, vistos a impulsão do comércio, o aumento da produção e a instalação de indústrias ocorridas nesse período (Faria, 2006), não podendo deixar de mencionar o marco da implantação da luz elétrica em Campos pela primeira vez na América Latina, em 1883, estimulando todo esse processo.

Nesse sentido, Araújo (2012, p.2) afirma, que: “a inauguração da ferrovia Campos-Macaé, em 1874, e mais tarde, a da rodovia, contribuíram, certamente, para a desativação do canal”, que após cair em desuso passou a servir apenas para auxiliar o escoamento das águas do Rio Paraíba do Sul em períodos de cheia e atualmente se apresenta como um elemento poluído na paisagem urbana da cidade.

Apesar de algumas tentativas, o território campista permanecia pantanoso e insalubre e então, em 1902, a Câmara contratou o engenheiro sanitarista Saturnino de Brito para elaborar um projeto abrangendo áreas até então desconsideradas, como a região de Guarus. Nesse estudo, Saturnino objetivava a reorganização da infraestrutura da cidade, com aterramentos, alargamento de ruas e sistemas de drenagens (Oliveira, 2012). Vale salientar, entretanto, que esse respaldo higienista teve forte impacto na produção cada vez mais segregativa do espaço, como expõe Faria:

Paralelamente, inicia-se o processo de exclusão dos pobres das áreas centrais da cidade, pois as práticas sanitaristas, ao caracterizarem a população pobre e seu lugar de moradia como responsáveis pela transmissão das doenças e pela insalubridade dos centros urbanos, justificou-se a expulsão desta população perigosa das áreas centrais das cidades. Estas deveriam, doravante, serem ocupadas pelas elites



urbanas (políticos, industriais, comerciantes, profissionais liberais e intelectuais) em ascensão. O único caminho deixado para a população pobre foi o das periferias, sem infraestrutura. (Faria, 2003 apud Faria; Pohlmann, 2015)

Nessa mesma perspectiva, Alves (2013) destaca que as mudanças não se limitaram à questão da higienização visando o combate de doenças epidêmicas, mas incluíam uma política punitiva contra a presença de quitandeiros que ocupavam as calçadas incomodando os transeuntes e prejudicando o comércio. Dessa forma, a autora entende que o espaço urbano se tornaria “higienicamente policiado”, havendo uma higienização da topografia urbana e das massas populares. A preocupação consistia na delimitação do espaço urbano em áreas nobres e subúrbios, deslocando os grupos populares para a periferia de forma que o centro, a área mais nobre da cidade, fosse identificado como arena da vida financeira e cultural, ficando reservado apenas às instituições, aos casarões e solares que até hoje marcam essa área da cidade.

Vale ressaltar que, segundo a historiadora Sylvia Paes, a partir de 1911, os usineiros estabeleceram um imposto de 2,5% a ser cobrado sobre tudo que fosse produzido no solo campista para que pudesse ser investido na reformulação do espaço urbano. Essa decisão foi movida pelo fato de que o presidente do Estado, Oliveira Botelho, afirmou que a cidade de Campos não tinha aspecto urbano condizente com a sua riqueza. Esse acontecimento está representado no Obelisco da Avenida 15 de Novembro, e foi inaugurado como assinatura dos cinco anos de progresso arquitetônico da cidade.

Dessa maneira, com base no recorte temporal aqui apresentado, é possível perceber a influência da elite dos ciclos do açúcar no direcionamento da modernização urbana em Campos através dos planos urbanísticos, como nos confirma Alves (2001) em sua análise entre os anos 1930 e 1940:

A modernização urbana de Campos dos Goytacazes, entre os anos 1930 e 1940, se constituiu num empreendimento estrategicamente pensado pelas elites locais, com intenções muito específicas - a busca da afirmação de Campos como metrópole regional, centro político hegemônico no cenário fluminense. É recorrente o discurso de que a tradição de um passado de riqueza e esplendor e a participação nos acontecimentos econômicos, políticos, sócio culturais da região Norte-Fluminense e do país qualificaria o município para o exercício da dominação no Estado do Rio de Janeiro. Assim que o processo de mudanças no espaço urbano tinha por objetivo habilitar a cidade para abrigar a capital do Estado, ou mesmo para justificar a criação de um

novo estado – estado da Paraíba do Sul – do qual seria a capital
(Alves, 2011 apud Melo e Araújo, 2014).

É nesse contexto que o renomado escritório de Coimbra Bueno foi contratado pela Câmara de Campos para propor novos arranjos na estrutura urbana, visando o ordenamento da expansão da cidade diante do crescimento populacional. Assim é confeccionado o Plano de Remodelamento Urbano que propõe então “abertura de novas avenidas, alargamento de vias existentes, busca ordenar o crescimento da cidade dando foco à modernização da infraestrutura existente e ampliação da mesma de modo a dar ao espaço urbano um crescimento harmônico” (Oliveria, 2012).

De acordo com Costa e Alves (2005), entre as décadas de 1950-60 o processo de urbanização de Campos dos Goytacazes se intensificou e começou a se expandir. O antigo distrito de Guarus, localizado na margem esquerda do Rio Paraíba do Sul, sofreu uma intensa ocupação, especialmente ao longo do leito da ferrovia onde foi implantada um trecho da BR-101. Enquanto isso, a área central passou a ser composta por vários bairros plenamente estruturados. Na figura abaixo é possível visualizar o processo de expansão urbana no município:

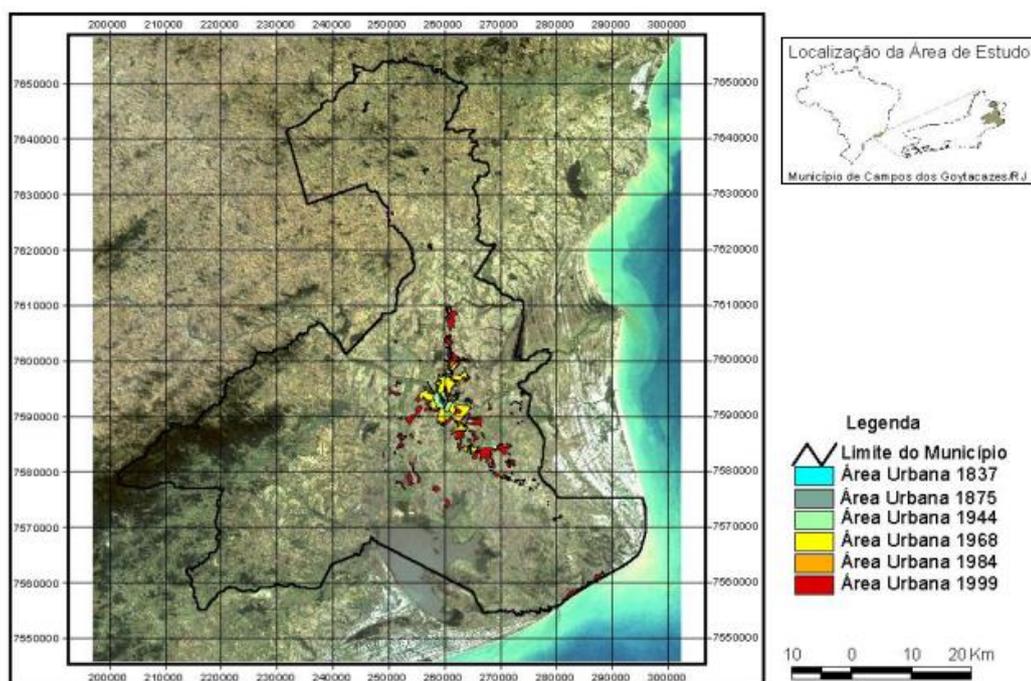


Figura 01: Monitoramento da expansão urbana de Campos dos Goytacazes.

Fonte: Costa e Alves, 2005.

Após o Plano de 1944, as propostas de melhoramento urbano deixaram de ser projetos e passaram a ser desenvolvidos através de legislações, como o PDUC (Plano de



Desenvolvimento de Campos) em 1979, e os posteriores e mais atuais Planos Diretores, o primeiro em 1991 e o vigente de 2008, elaborado para se adequar ao Estatuto da Cidade de 2001, especialmente na implementação da participação popular.

Finalizada essa análise das reformas mais representativas na história do planejamento urbano da cidade, percebermos uma determinada falta de efetividade dos planos já elaborados, principalmente no que tange as propostas capazes de abranger o âmbito social e coletivo, e de integrar a área central aos eixos de expansão urbana que foram se consolidando ao longo da história, situação essa que se justifica pelos conflitos de interesses sempre emergentes nessas políticas.

4.2 O Cenário Atual da Cidade

Por meio do debate histórico apresentado, é possível perceber que o território campista “foi sendo organizado em um processo desigual e de dominação política perpetrado pelas elites que aqui se constituíram” (Rodrigues, 2015, p.2). Tais desigualdades, reflexos dos interesses dominantes na política urbana da cidade, continuaram a se reproduzir no território campista, marcado por segregações socioespaciais, e a se sobrepor à real essência do planejamento urbano até os dias atuais, ainda que os interesses e a própria elite se reconfigurem a todo tempo.

Essa rigidez espacial possui virtualidades, que constituem herança e encerram potencialidades. O espaço construído possui tempos, formas e arranjos diversos, superpostos no decorrer da história. É fruto da ação social, que, em função da natureza conflituosa da sociedade capitalista, significa disputa, dominação e apropriação, produzindo e reproduzindo desigualdades. Em última instância, a ação dos grupos, atores, sujeitos, classes e frações sociais, em diversas escalas de interação, articulando interesses locais e supra-locais, com base nos recursos territoriais, conforma os arranjos produtivos, sócio-econômicos e sócio-político regionais e locais (Cruz, 2003, p.27).

A Praça São Salvador, centro do núcleo formador do tecido urbano e também das relações sociais, abrigou a igreja matriz, onde atualmente está a Catedral do Santíssimo Salvador, além de prédios clássicos como Solar do Visconde de Araruama e o Hotel Gaspar, este último construído originalmente para ser residência de um fazendeiro campista. Com o advento dos bondes e a questão das enchentes que



começaram a assolar a cidade a partir de 1906, essa área central foi se expandindo para uma parte mais alta onde encontra-se o Solar do Barão da Lagoa Dourada, hoje Liceu de Humanidades de Campos, a Praça Barão do Rio Branco e o antigo Fórum. Mais tarde, foram se inserindo na Praça São Salvador prédios institucionais de arquitetura moderna como o do Banco do Brasil e do Correios e Telégrafos, sempre no sentido de se configurar uma área de centralidade e civilidade, mas caracterizando também um comercial e administrativo.

No entanto, se antes as partes nobres da cidade eram identificadas simplesmente pela presença de casarões, solares e igrejas, passaram, ao longo do tempo a continuar se expandindo entre os vazios oriundos da expansão da área central, configurando bairros como o Parque Tamandaré e a Pelinca. Segundo, Costa e Alves (2005), esses espaços nas últimas décadas vivenciaram um processo de verticalização e foram foco de intensa especulação imobiliária, pois passa a não haver mais tanto espaço nas áreas consideradas privilegiadas.

Enquanto isso, acompanha-se ainda uma tendência de se deslocar cada vez mais as classes mais vulneráveis das áreas valorizadas, além de uma limitação do centro histórico ao uso comercial que o torna subutilizado principalmente no período noturno e finais de semana, conduzindo para uma certa degradação dessa área, ainda que se mantenha como centro. Nesse sentido, entende-se que com o início do processo de expansão as desigualdades no espaço urbano começam a emergir mais intensamente (Faria, 2005), se fazendo presente inclusive dentro da própria área central que deixa de ser homogênea e inclui ao mesmo tempo bairros diversos como Centro, Parque Tamandaré, Pelinca, Jardim Maria de Queiroz (Alto Liceu), Lapa e Guarus.

Todavia, a segregação socioespacial é notada principalmente na relação centro-periferia que também se consolida frente ao processo de expansão urbana. A população menos favorecida, deixada à margem de todo processo de modernização mediado por interesses dos grupos dominantes, se desloca para áreas periféricas em condições precárias e ainda desprovidas de infraestrutura urbana. Vemos então diversos conjuntos habitacionais serem implantados nas áreas periféricas em busca de relocar não apenas aquela parcela da população que se localizava em áreas de risco, mas também aqueles que atrapalham um suposto desenvolvimento urbano.



Um dos casos que reflete essa situação atualmente na cidade, é o da comunidade da Margem da Linha, situada durante décadas ao longo de um trecho da linha ferroviária da cidade que agora, como é foco de valorização imobiliária pela implantação de condomínios residenciais de alto padrão, não admite mais essa população, criando políticas de desapropriação e remoção em um contexto de mercantilização do território. Nesse sentido, prevalece a lógica em que o melhor uso da terra é aquele mais rentável para a reprodução capital e dos interesses dominantes, e não aos da população pobre. Essa conjuntura se coloca em contradição ao que Lefebvre chama de “direito à cidade”, visto que algumas parcelas são excluídas da dinâmica da vida urbana, da infraestrutura e desenvolvimento.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nota-se ao longo do desenvolvimento deste artigo, que a reprodução das desigualdades socioespaciais em Campos dos Goytacazes, se articulam fortemente com a construção histórica do planejamento urbano, seus aspectos políticos e econômicos e os atores envolvidos nessa dinâmica. Vimos que ciclos do açúcar corroboraram, em diferentes fases, para a formação de elites locais que desempenhavam influência política e econômica na cidade com o objetivo de realizar seus interesses, principalmente aqueles movidos pela ambição de tornar Campos capital ou província que, visando alterar o cenário de sustentação de uma economia externa, trouxeram a necessidade de modificações que promovessem uma modernização da cidade.

No entanto, essa modernização não permitiu que os planos urbanísticos desenvolvidos abrangessem um caráter mais equitativo de planejamento. E mesmo diante do fim do ciclo açucareiro, as mudanças do cenário socioprodutivo da cidade ao longo do tempo continuam favorecendo e consolidando apenas setores dominantes. Percebe-se que essa dominância política elitista, junto a todo processo econômico marcado inclusive pela presença de mão-de-obra escrava e pela forma com que as relações econômicas foram se construindo desde o período colonial, tem grande peso nas políticas urbanas, e conseqüentemente, nas contradições socioespaciais existentes na cidade, principalmente ao se tratar de um município que hoje concentra boa parte do repasse dos royalties advindos da atividade petrolífera.



O centro principal, antes núcleo das relações da cidade, e que por isso passou por mudanças que buscavam uma higienização do espaço, se expandiu em uma disputa com novas centralidades que, ao se consolidarem permanecem expulsando aqueles que prejudicam a paisagem e a valorização do território. Sendo assim, entende-se que o processo de consolidação da cidade Campos dos Goytacazes, apesar de ter contemplado diversos planos urbanísticos, acabou legitimando a concentração de renda, a fragmentação do território e a exclusão social em detrimento da possibilidade de um planejamento que propicie uma maior equalização dos bens e serviços, bem como uma infraestrutura urbana adequada e de qualidade.

6 - REFERÊNCIAS

ALVES, Heloísa de Cacia Manhães. A elite local e a modernização urbana em campos dos goytacazes: um projeto político 1930-50. Originalmente apresentada como tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, UENF, 2013. Disponível em: <<http://uenf.br/pos-graduacao/sociologia-politica/files/2013/03/Tese-Helo.pdf>> Acesso em: 21 de nov. 2016.

ANP, Súprio Ecológico e setores em oferta. Disponível em: http://www.brasil-rounds.gov.br/arquivos/areas_oferecidas_r13/Sumarios_Geologicos/Sumario_Geologico_Bacia_Campos_R13.pdf, Acesso em: 30 nov, 2016.

ARAÚJO, Francele de Almeida. Do apogeu ao descaso do Canal Campos-Macaé. Iv Circuito de Iniciação Científica do Cefet Campos, Campos dos Goytacazes. 2012. Disponível em: <<http://essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/CircuitoIC/article/download/1874/1049>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

CASTELLS, Manuel. Problemas de Investigação em Sociologia Urbana, Editorial Presença, 1984.

COSTA, Aline Nogueira; ALVES, Maria da Glória. Monitoramento da expansão urbana no município de Campos dos Goytacazes - RJ, utilizando geoprocessamento. In: XII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, 2005, Goiânia. Anais. p. 3731-3738. Disponível em: <<http://marte.sid.inpe.br/col/ltid.inpe.br/sbsr/2004/11.20.17.48/doc/3731.pdf>>. Acesso em: 13 mai. 2017.

CRUZ, José Luis Vianna. Projetos nacionais, elites locais e regionalismo: desenvolvimento e dinâmica territorial no Norte Fluminense. Originalmente apresentada como tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e



Regional, UFRJ, 2003. Disponível em: <<http://migre.me/vCHOW>> Acesso em: 21 de nov. 2016.

MELO, Tatiane Teixeira de; ARAUJO, Ronaldo de Sousa. Processo Urbano e Ocupação Espontânea: Campos Dos Goytacazes. Perspectivas Online: Ciências humana e sociais aplicadas, Campos dos Goytacazes, 2014. Disponível em: <<http://migre.me/vCHP5>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

OLIVEIRA, Mariel Lima de. Reorganização Viária de Campos dos Goytacazes: proposta retomada. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012. Disponível em: <<http://dissertacoes.poli.ufrj.br/dissertacoes/dissertpoli183.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2016

FARIA, Teresa de Jesus Peixoto; POHLMANN, Maria Alice de Oliveira. Dinâmica socioespacial de Campos dos Goytacazes/RJ: O programa habitacional morar feliz e expansão da periferia. In: ENANPUR, 2015, Belo Horizonte. Anais. p. 1 - 18. Disponível em: <http://xvienanpur.com.br/anais/?wpfb_dl=513>. Acesso em: 28 mar. 2017.

FARIA, Teresa de Jesus Peixoto. Projeto de Modernização e Mudança da Morfologia Social e Urbana de Campos dos Goytacazes/RJ nos anos 1870-1880 – Novos equipamentos e Infra-estrutura Urbana. (In) Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR, 2001, Rio de Janeiro, vol.2, p785-796.

FARIA, Teresa de Jesus Peixoto. Configuração do espaço urbano da cidade de Campos dos Goytacazes, após 1950: Novas centralidades e velhas estruturas. In.: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. Universidade de São Paulo, 2005.

FARIA, Teresa de Jesus Peixoto. Gênese da rede urbana no Norte e Noroeste Fluminenses. In: CARVALHO, Ailton; TOTTI, Maria. Formação Histórica e Econômica do Norte Fluminense. GARAMOND: Rio de Janeiro, 2006.

SILVA, Roberto Cezar Rosendo S. da Silva; CARVALHO, Ailton Mota. Formação econômica da região Norte Fluminense. In: Economia e Desenvolvimento no Norte Fluminense: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo. Roberto Moraes Pessanha e Romeu e Silva Neto, organizadores – WTC Editora: Campos dos Goytacazes, 2004.

RODRIGUES, Igor Paolo Ribeiro Dias. As elites locais e a organização do território. In: IX ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE. 2015, São Paulo. Anais. São Paulo: ANPEGE, 2015. Disponível em: <<http://www.enanpege.ggf.br/2015/anais/arquivos/24/665.pdf>> Acesso em: 21 de nov. 2016.